



CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

MARLON SILVA DE LIMA

**AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR E A POLÍTICA DE COTAS NA
UEPB – CAMPUS III – GUARABIRA/PB**

GUARABIRA/PB
DEZEMBRO/2015

MARLON SILVA DE LIMA

**AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR E A POLÍTICA DE COTAS NA
UEPB – CAMPUS III – GUARABIRA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, em cumprimento as exigências para obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

GUARABIRA/PB
DEZEMBRO/2015

FICHA CATALOGRÁFICA

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732a Lima, Marlon Silva de
As ações afirmativas no ensino superior e a política de cotas na UEPB – Campus III – Guarabira/PB [manuscrito] / Marlon Silva de Lima. - 2015.
26 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2015.
"Orientação: Waldeci Ferreira Chagas, Departamento de História".

1. Cotas. 2. Ações Afirmativas. 3. Ensino Superior. I.
Título.

21. ed. CDD 370

MARLON SILVA DE LIMA

AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR E A POLÍTICA DE COTAS NA
UEPB –CAMPUS III – GUARABIRA/PB

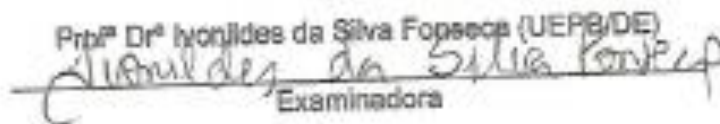
BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (UEPB/DH)



Orientador

Profª Drª Lucilides da Silva Fonseca (UEPB/DE)



Examinadora

Prof. Dr. Flávio de Santana Carneiro (UEPB/DH)



Examinador

Aprovado em: 08 / 12 / 2015.

GUARABIRA/PB
DEZEMBRO/2015

AGRADECIMENTOS:

A DEUS, força que rege o universo a quem deposito minha fé.

A minha mãe Maria do Socorro, que desempenhou papel fundamental na minha educação e formação, dando exemplo de bom caráter, dignidade e solidariedade com o próximo.

Ao meu pai Manoel Deodoro, que sempre se esforçou como provedor das nossas necessidades, e não mediu esforços para custear a formação escolar fundamental dos seus três filhos, mesmo em momentos financeiros difíceis. Pai você é e sempre será exemplo de organização naquilo que faz.

Aos meus irmãos: o mais velho Micherlon e o caçula Marlo. Obrigado pela força.

A minha noiva, amiga e confidente Marcilene Barbosa, que amo muito. Que sempre nestes sete anos que estamos juntos, me condicionou momentos de muita discussão política e do conhecimento acadêmico, e que me incentivou muita a finalizar este trabalho, onde serei eternamente grato por isso, obrigado.

Ao meu orientador e professor Waldeci, ao que posso atribuir a escolha indireta do tema deste TCC, através de suas aulas onde tive a oportunidade de ser seu aluno em duas disciplinas. Muito obrigado.

Ao membros e militantes do Comunista do Brasil na Paraíba e do Movimento Estudantil, onde atuei oito anos. Que me concederam uma base sólida e rica sobre política, colaborando muito para escolha do curso de História.

A esta Casa chamada UEPB, composta por pessoas comprometidas com a difusão do conhecimento acadêmico, seus professores, técnico e demais funcionários, agradece pelo mais de 5 anos frequentado instituição.

Ao movimento social negro, que lutou e luta pelas conquistas das ações afirmativas no Brasil, principalmente na educação.

Dedico!

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 Onde você cursou o ensino Fundamental?.....	15
GRÁFICO 02: Onde você cursou o ensino Médio?.....	16
GRÁFICO 03: Quantos vestibulares você prestou para conseguir entrar num curso universitário?	16
GRÁFICO 04: Onde Cursou o Ensino Médio?	17
GRÁFICO 05: Em qual modalidade ingressou no ensino Superior?.....	19

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL E A POLÍTICA DE COTAS	13
3 AS COTAS SOCIAIS NA UEPB – CAMPUS III.....	16
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS.....	24
APÊNDICES.....	25

RESUMO:

Neste trabalho analisamos as políticas de cotas na UEPB – Universidade Estadual da Paraíba, Campus III – Guarabira/PB como parte das ações afirmativas, entendidas como medidas que visam à democratização do acesso ao emprego e à educação. A temática em questão foi analisada sob a ótica da política social, visto que a ação afirmativa funciona no sentido de que os alunos cotistas tenham um desempenho igual ou melhor do que aqueles que não o são contrariando assim o discurso midiático e monopolizador da sociedade. Para a construção deste artigo recorreremos à pesquisa bibliográfica, e nesse sentido analisamos artigos científicos publicados em revistas e na internet. Também realizamos aplicação de questionários com alunos e professores. Para tanto, fazemos a análise dos dados e trazemos conclusões da aplicação de questionários, e assim mostramos a eficácia do sistema de cotas na UEPB como política pública e uma ação afirmativa. Concluimos que a atuação acadêmica dos estudantes que ingressaram na UEPB, Campus III mediante o sistema de cotas é igual ou melhor do que aqueles que não participaram deste sistema.

PALAVRAS - CHAVE: Cotas; Ações Afirmativas; Ensino Superior.

ABSTRACT

We examined quota policies in UEPB - State University of Paraíba, Campus III - Guarabira / PB as part of affirmative action, understood as measures aimed at democratizing access to employment and education. The issue in question was analyzed from the perspective of social policy, given that affirmative action works towards that quota students have a performance equal to or better than those who are not so contrary to media discourse and monopolistic society. For the construction of this article we turn to literature, and in that sense we analyze scientific articles published in magazines and on the internet. We also conducted questionnaires with students and teachers. To this end, we analyze the data and bring conclusions of the questionnaires, and thus show the effectiveness of the quota system in UEPB as public policy and affirmative action. We conclude that the academic performance of students who entered the UEPB, Campus III by the quota system is equal to or better than those who did not participate in this system.

KEY - WORDS: Quotas; Affirmative Action; Higher education.

INTRODUÇÃO

O artigo que ora apresentamos é fruto de pesquisas e discussões sobre a política de cotas para pessoas negras no Brasil, estas políticas beneficiam grupos desfavorecidos na alocação de recursos escassos, como empregos, vagas na universidade e contratos públicos, mais especificamente discutimos as políticas de cotas na UEPB – Universidade Estadual da Paraíba, Campus III – Guarabira/PB como parte das ações afirmativas.

Dessa maneira torna-se necessária a compreensão das Ações Afirmativas entendidas como medidas que visam à democratização do acesso ao emprego e à educação.

O termo ação afirmativa chegou ao Brasil carregado de uma diversidade de sentidos, o que em grande parte reflete os debates e experiências históricas dos países em que foram desenvolvidas.

A ação afirmativa assumiu formas como: ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação. Seu público-alvo varia de acordo com as situações existentes e abrange grupos como minorias étnicas, raciais, e mulheres. (Guarnieri, Melo-Silva, 2007).

As principais áreas contempladas pela ação afirmativa são o mercado de trabalho, com a contratação, qualificação e promoção de funcionários; o sistema educacional, especialmente o ensino superior; e a representação política.

Dessa maneira, pretende-se com este trabalho mostrar a eficácia de uma vertente da ação afirmativa, qual seja, o sistema de cotas sociais na UEPB como política pública, também analisamos a atuação acadêmica dos estudantes que ingressaram nessa instituição mediante o sistema de cotas e explicar a viabilidade desse sistema como ação afirmativa na UEPB, mostrando que os/as alunos/as oriundos/as deste sistema tem um desempenho igual ou melhor do que aqueles que discriminam, não aceitam e nem participam deste sistema.

Os procedimentos metodológicos representam uma parte significativa da pesquisa, uma vez que norteiam o pesquisador a alcançar seus objetivos.

A temática em questão foi analisada sob a ótica da política social, visto que a ação afirmativa funciona no sentido de que os alunos cotistas tenham um

desempenho igual ou melhor do que aqueles que não o são contrariando assim o discurso midiático e monopolizador da sociedade.

Assim, para a construção deste artigo recorreremos à pesquisa bibliográfica, e nesse sentido analisamos artigos científicos publicados em revistas e na internet. As discussões e questões captadas das leituras realizadas serviram de fundamentação teórica para a discussão que trazemos.

Além da pesquisa bibliográfica realizamos aplicação de questionários com 20 (vinte) estudantes dos cursos de: História, Letras, Geografia, Pedagogia e Direito e com 9 (nove) professores/as dos cursos de História, Letras, Geografia, Pedagogia e Direito da UEPB/Campus III – Guarabira e analisamos os dados coletados a partir da aplicação de questionários objetivos.

Portanto, neste artigo fazemos a análise dos dados e trazemos conclusões da aplicação de questionários realizados, e assim mostramos a eficácia do sistema de cotas na UEPB como política pública e uma ação afirmativa.

2 AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL E A POLÍTICA DE COTAS

As ações afirmativas no Brasil são representadas enquanto programas e priorizam a inserção social de alguns grupos minoritários com histórico de exclusão (étnicos, raciais, sexuais, entre outros) por meio da reserva de vagas e são definidas de modo geral como políticas que beneficiam grupos desfavorecidos na alocação de recursos escassos, como empregos e vagas na universidade. (Guarnieri, Melo-Silva, 2007).

Neste contexto, pretende-se falar sobre a política de cotas para negros nas universidades brasileiras, mas torna-se necessário compreender o processo de luta da população negra brasileira, pois o segregacionismo embora não declarado, é cultuado socialmente de maneira silenciosa, mas não menos cruel (Guarnieri, Melo-Silva, 2007).

Assim as políticas que visam à igualdade racial por meio da ação afirmativa, perturbam não apenas a noção moderna de igualdade e justiça, mas também a ideologia brasileira de mestiçagem e da democracia racial.

Segundo Moehlecke:

Políticas de igualdade racial como a ação afirmativa, ao exigirem direitos coletivos e a identificação racial dos grupos beneficiados, perturbam não apenas a noção moderna de igualdade e justiça, segundo o qual a distribuição de bens e posições sociais seria baseada no indivíduo e em seus méritos e talentos naturais, mas também a ideologia brasileira de mestiçagem e da democracia racial, constitutiva de nossa identidade e unidades nacionais onde não haveria espaço para divisões ou diferenciações de raça (Moehlecke, 2004, p. 8).

A partir dos anos 1960 nos Estados Unidos houve grandes reivindicações por direitos civis no país. Neste contexto, surgiu o movimento negro como uma das principais forças atuantes, e em meio a este episódio criou-se o conceito de ação afirmativa, que passaria a ser usado de maneira mais ampla e implementado em muitos países do mundo. De acordo com Moehlecke:

Nesses diferentes contextos, a ação afirmativa assumiu formas como: ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação. (2002, p. 199)

Desse modo é possível inferir que as ações afirmativas encontram-se no ápice do debate constitucional, sendo elas o meio utilizado para a efetivação da igualdade material, propondo assim a igualdade de oportunidades em favor daqueles considerados minorias sociais.

Segundo Almeida e Teixeira:

O princípio da igualdade se destacou nas Constituições anteriores à de 1988, porém tratava-se somente da igualdade formal, tratamento dispensado pelo Estado a seus administrados sem levar em consideração as distinções existentes em cada classe social brasileira, o que não trazia garantia de igualdade de oportunidades a todas (ALMEIDA e TEIXEIRA, 2011, p. 106).

Dessa maneira, é preciso compreender alguns conceitos como, por exemplo, o de preconceito, que pode ser entendido como uma opinião pré-concebida sobre determinado assunto, nesse contexto é perceptível que a discriminação racial que no Brasil encontra meios informais de propagação é dificilmente assumida.

Com isso, a releitura do problema permite que as questões étnicas possam ser reavaliadas de acordo com o cenário social da pós-modernidade e analisadas as propostas de ação do governo.

Essa discussão sobre políticas de cotas no Brasil é recente, e sobre a implantação destas ações Htun afirma:

No Brasil, somente a partir de 1990 as ideias acerca da implantação de ações afirmativas têm se tornado mais expressivas e persuasivas nos meios de comunicação de massa e rodas de discussão. Esse fenômeno se deu, em grande parte, pela mudança de postura do governo nacional, regida na época pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o que favoreceu modificações no tipo de ação política racial e no discurso oficial o que conseqüentemente norteou a busca sobre a essência das desigualdades aceitas na prática e negadas no discurso apaziguador da diversidade racial (HTUN, 2004).

Como esta discussão sobre a política de cotas no Brasil ainda é recente, encontram-se muitos pontos de vista acerca desta temática, muitos a favor e outros contra, ambos fundamentados pelas suas escolhas, pois, a discussão de cotas nas universidades trata-se de um debate bastante complexo, pois envolve a sociedade

na busca de compreender as contradições sociais presentes no nosso país. De acordo com Oliven:

Discutir cotas raciais na universidade toca em inúmeros pontos nevrálgicos da sociedade brasileira pondo a nu as contradições sociais mais profundas de nosso país. Esse debate, bastante complexo, envolve as relações universidade e sociedade, a formação da elite; a constitucionalidade da implementação de políticas de cotas raciais, o possível alcance das mesmas; as mazelas de nosso passado escravocrata, a ideologia da “democracia racial” brasileira, a discriminação contra negros e pardos, ainda presente em nossos dias; a questão da distribuição de renda, a necessidade do reconhecimento de todos os grupos sociais como um direito de cidadania e, por último, mas não menos importante, qual o nosso projeto de nação. Os argumentos ora enfatizam problemas mais internos da universidade e suas implicações administrativas, ora levantam questões de natureza mais política e filosófica que se referem ao modelo de sociedade que desejamos (OLIVEN, 2007, p. 43 - 44).

Portanto, o debate sobre as ações afirmativas se pauta no discurso mais amplo de inclusão de grupos discriminados expresso em protocolos internacionais, assinados pela maioria dos presidentes dos países do mundo, inclusive do Brasil (OLIVEN, 2007).

No tocante aos posicionamentos a favor e contra a política de cotas para negros nas universidades públicas, é possível afirmar que aqueles que se posicionam contra fazem parte de uma elite branca preconceituosa que é completamente indiferente às mazelas de nosso passado escravocrata, defendem a ideologia da “democracia racial” brasileira, legitimam a discriminação contra negros e principalmente são indiferentes às condições em que vivem a maioria das pessoas negras no Brasil.

Ainda sobre esta temática é possível inferir que segundo Barbosa Gomes:

(...) o nosso segregador sistema educacional, que tradicionalmente, por diversos mecanismos, sempre reservou aos negros e pobres em geral uma educação de inferior qualidade, dedicando o essencial dos recursos materiais, humanos e financeiros voltados à Educação de todos os brasileiros, a um pequeno contingente da população que detém a hegemonia política, econômica e social no País, isto é, a elite branca. Outros projetos, concebidos no louvável afã de tentar remediar os aspectos mais visíveis e politicamente incômodos da nossa triste iniquidade, tentam combater a desigualdade e a discriminação em setores específicos da atividade produtiva, instituindo cotas fixas para negros nesse ou naquele setor da vida sócio econômica. (BARBOSA GOMES, 2001, p 02)

Neste sentido é correto afirmar que esta política de cotas é destinada a promover a implementação do princípio constitucional da igualdade em prol da comunidade negra, excluída e de classes sociais diferenciadas na sociedade brasileira.

3 AS COTAS SOCIAIS NA UEPB – CAMPUS III

Partindo deste princípio analisado é possível inferir que na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III/Guarabira, a política de cotas utilizada, são as cotas sociais onde se caracteriza por adotar uma perspectiva social, com medidas redistributivas ou assistenciais contra a pobreza baseadas em concepções de igualdade, sejam elas formuladas por políticos de esquerda ou direita (Munanga, 1996).

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram realizadas aplicação de questionários com 20 (vinte) estudantes dos cursos de: História, Letras, Geografia, Pedagogia e Direito e com 9 (nove) professores/as dos cursos de História, Letras, Geografia, Pedagogia e Direito da UEPB/Campus III – Guarabira e analisamos os dados coletados a partir da aplicação de questionários objetivos.

Esta pesquisa foi realizada no período de 10 a 22 de junho de 2015, onde foi possível analisar alguns alunos oriundos de classes sociais diferenciadas e vindos de diversas cidades da região de Guarabira/PB: Alagoa Grande/PB, Lagoa de Dentro/PB, Cacimba de Dentro/PB, Jacaraú/PB, entre outras cidades.

Ainda dessa maneira, é possível inferir que, a política de cotas no vestibular da UEPB foi extinta em 2014 com o fim do vestibular, tendo o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio como método de ingresso dos alunos no ensino Superior, no entanto a aplicação destes questionários foram feitas com alunos que ingressaram no ensino superior por meio do vestibular.

Portanto, neste artigo fazemos a análise dos dados e trazemos conclusões das aplicações de questionários realizadas, e assim mostramos a eficácia do sistema de cotas na UEPB como política pública e uma ação afirmativa.

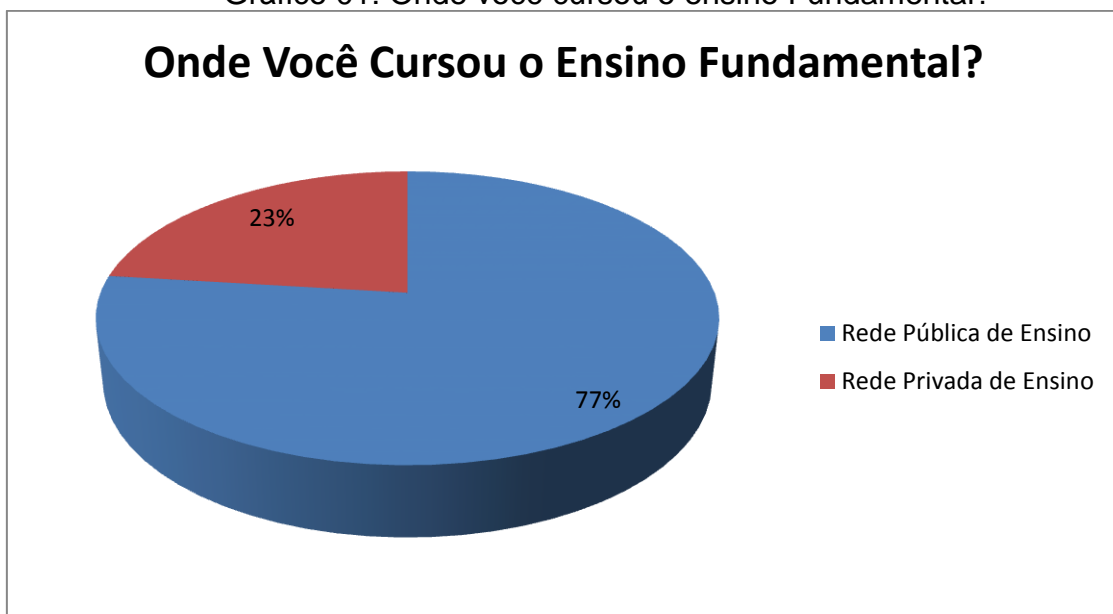
Ainda sobre as ações afirmativas Barbosa Gomes pondera:

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (BARBOSA GOMES, 2001, p 05)

Foram realizadas aplicações de questionários com 20 (vinte) alunos, onde na ocasião foi possível compreender sobre suas origens, onde residem, onde frequentaram o ensino fundamental e o ensino médio, como também sua concepção sobre o sistema de cotas.

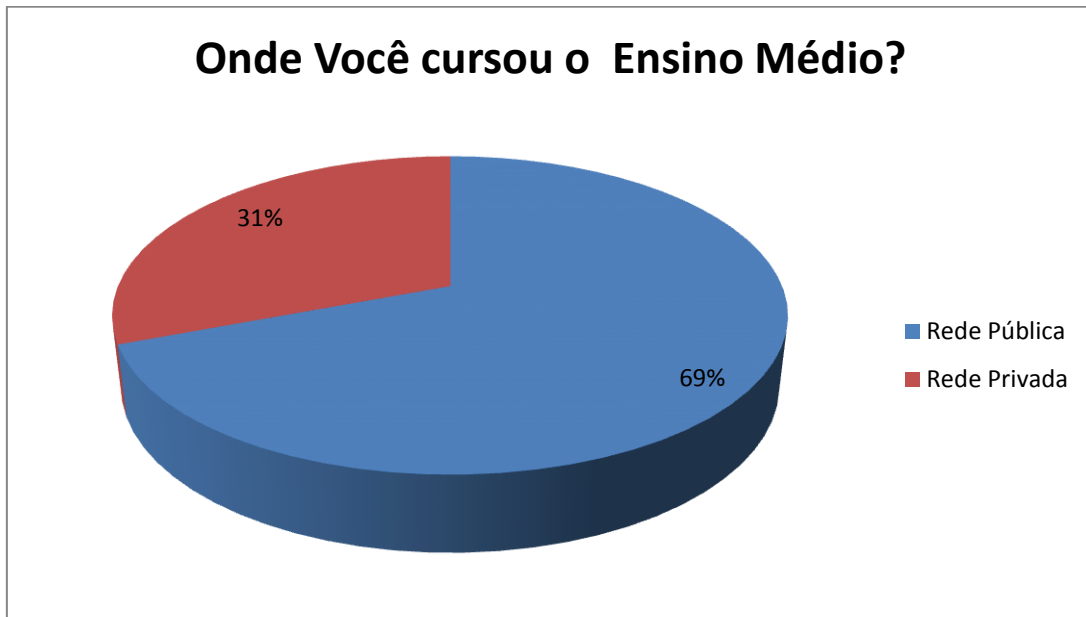
Com relação ao local onde os alunos cursaram o ensino fundamental e médio, foi possível constatar por meio da aplicação de questionários que 77% dos 20 (vinte) alunos estudaram o ensino fundamental na rede pública de ensino e, destes 69% estudaram o ensino médio na rede pública e apenas 31% estudaram o ensino médio na rede privada. Conforme os gráficos a seguir:

Gráfico 01: Onde você cursou o ensino Fundamental?



Fonte: Trabalho de Campo, 2015 – Marlon Silva de Lima.

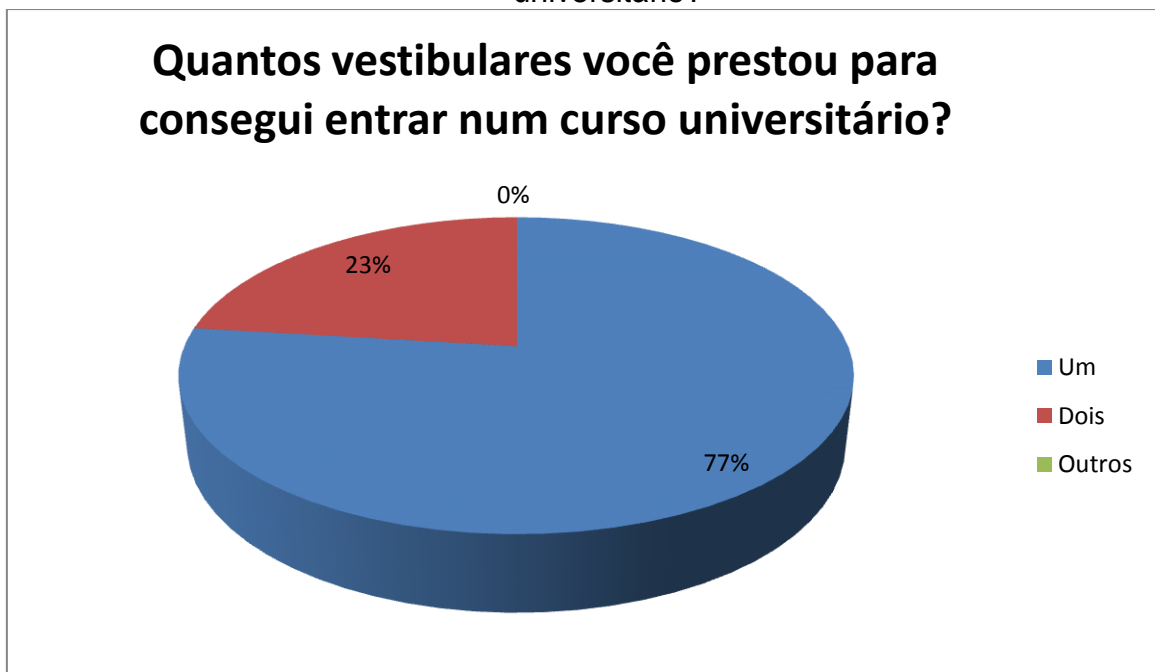
Gráfico 02: Onde você cursou o ensino Médio?



Fonte: Trabalho de Campo, 2015 – Marlon Silva de Lima.

Outro fato que chamou atenção é que 77% dos alunos conseguiram ingressar num curso universitário na primeira seleção, sendo maioria deles alunos de escolas públicas, o que implica em dizer que o sistema não está tão falido como muitos autores e a grande mídia afirmam desenfreadamente sem argumentos fundamentados. Conforme gráfico a seguir:

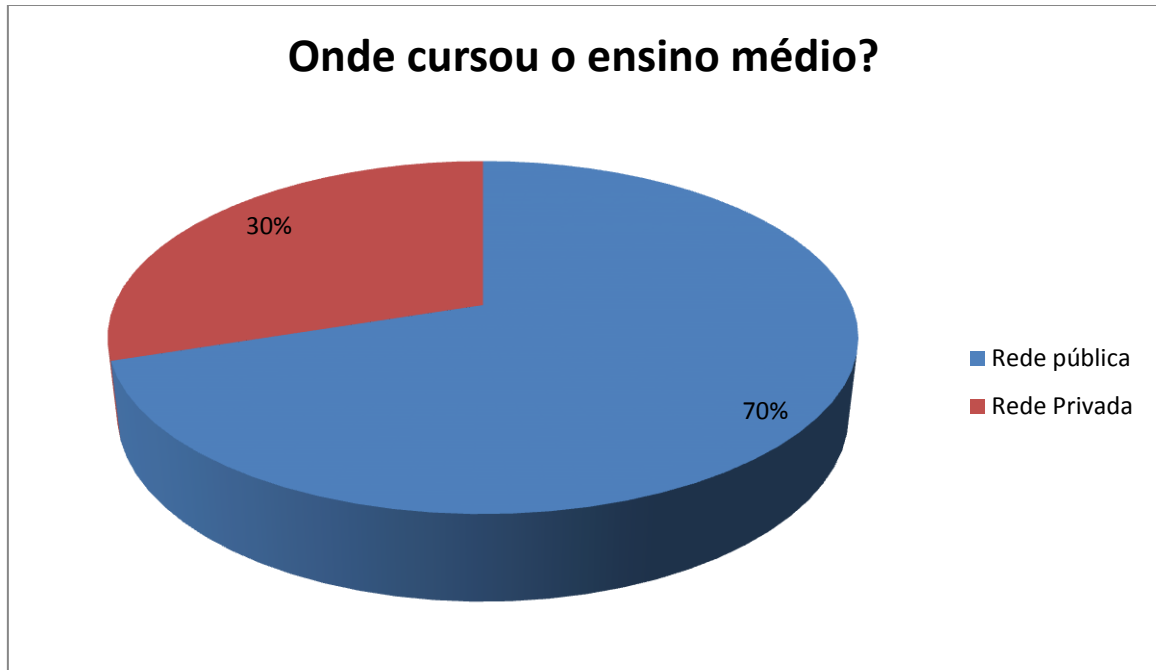
Gráfico 03: Quantos vestibulares você prestou para conseguir entrar num curso universitário?



Fonte: Trabalho de Campo, 2015 – Marlon Silva de Lima.

No tocante a estas questões, um fato não pode passar despercebido, a questão é que a maioria destes alunos são egressos de escola pública, no entanto, ingressaram no ensino superior pela cota universal (ou seja, ampla concorrência), pois, estes poderiam ter ingressado no ensino superior pelas Cotas de Inclusão. Conforme gráficos a seguir:

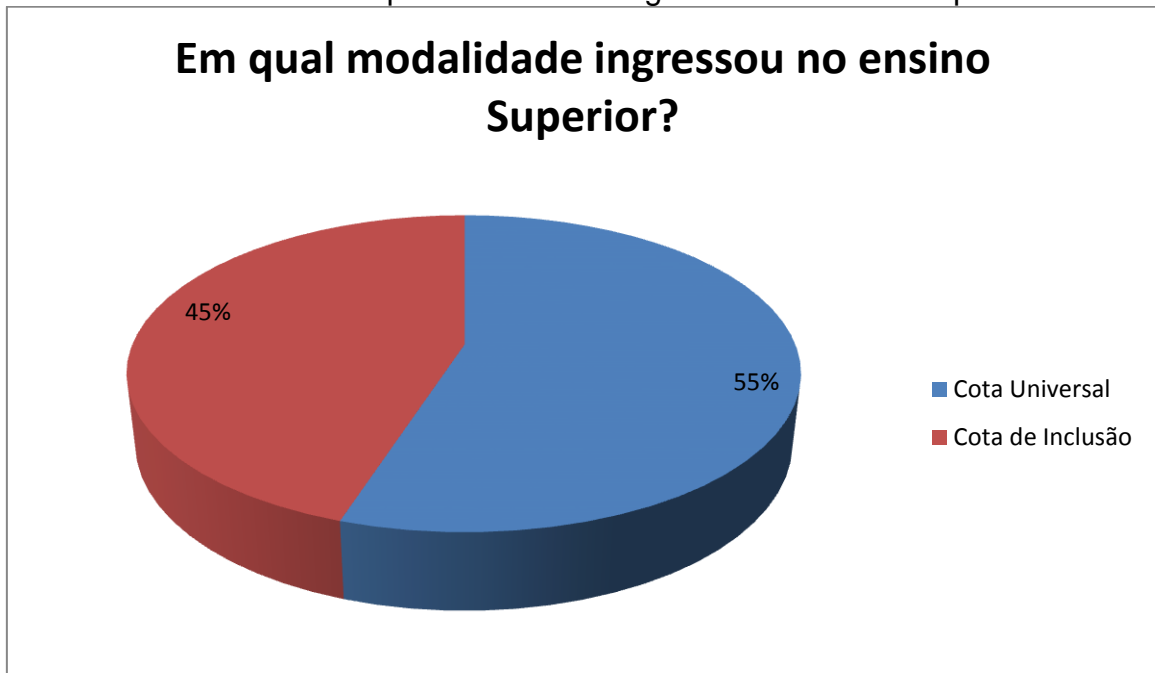
Gráfico 04: Onde cursou o Ensino Médio?



Fonte: Trabalho de Campo, 2015 – Marlon Silva de Lima.

É perceptível por meio da aplicação de questionários que 70% dos alunos são oriundos da rede pública de ensino, no entanto a modalidade que estes preferiram foi por meio da cota Universal, ou seja, estudaram em escolas públicas mas preferiram concorrer as vagas no ensino superior por meio da cota universal, não optaram pelas cotas de inclusão. Conforme Gráfico:

Gráfico 05: Em qual modalidade ingressou no ensino Superior?



Fonte: Trabalho de Campo, 2015 – Marlon Silva de Lima.

Em determinado momento questionou-se aos alunos cotistas se eles já sentiram algum preconceito ou rejeição por parte de alguém da comunidade acadêmica por ser cotista, e em algumas falas destes podemos chegar a algumas conclusões, segundo alguns alunos em seus depoimentos:

Não, nunca senti preconceito de alguém da comunidade acadêmica, porém, já senti de outras pessoas que insinuam que o ingresso no ensino superior é facilitado por meio das cotas. Que esse sistema de cotas proporciona a entrada nas universidades de maneira que essas pessoas não teriam nenhuma chance se não houvesse essa possibilidade (Aluna J. B. da S. – Curso de Pedagogia)

Não senti nenhum preconceito. Meus colegas também vieram de escolas públicas e os professores são bem receptivos. (Aluno A. F. C.– Curso de Geografia)

Nestes depoimentos é possível analisar dois posicionamentos dicotômicos, onde infelizmente ainda se pensa que os cotistas são privilegiados e não tem capacidade de ingressar no ensino superior sem o auxílio da política de cotas, o que

não ocorre dessa maneira, pois, a política de cotas auxilia, mas não é um fator determinante e definitivo neste processo.

Ainda questionou-se qual a concepção destes sobre a política de cotas no Brasil e segundo os alunos:

A política de cotas foi criada como meio de reparação por toda a discriminação sofrida pelos negros. Mas, por sua vez os cotistas são vistos de forma preconceituosa, como se fossem incapazes de adentrar no meio acadêmico (Aluna J. de L. L. da S. Curso de Letras).

Minha posição é negativa, pois o estado brasileiro deveria garantir a constituição de educação de qualidade para todos e não fazer um paliativo por cotas (Aluno T. C. N. C. Curso de Pedagogia).

Na minha concepção foi uma forma de dar mais oportunidades ao ingresso no ensino superior, porém contraria o discurso do tão falado direitos iguais para todos (Aluna R. S. P. dos S. Curso de História).

Assim é possível perceber que os que condenam as políticas de ação afirmativa ou as cotas favorecendo a integração dos afrodescendentes utilizam de modo especulativo argumentos que pregam o *status quo*, ao silenciar as estatísticas que comprovam a exclusão social do negro. Querem assim remeter a solução do problema a um futuro longínquo, imaginando-se sem dúvida que medidas macroeconômicas poderiam reduzir a pobreza e a exclusão social. (MUNANGA, 2001).

Ainda assim, foi possível questionar também alguns professores sobre seus posicionamentos acerca da política de cotas, sobre a área que atuam na UEPB, e o tempo que atuam nesta Instituição, onde na ocasião aplicamos alguns questionários.

Dentre os professores foi perceptível conhecer que os mesmos não tem a percepção de diferenças com relação ao aprendizado de alunos cotistas ou não, pois não existe para eles enquanto professores o conhecimento sobre quem são estes alunos e qual sua maneira de ingresso no ensino superior.

Ainda assim, na aplicação de questionários feita com os professores foi possível questionar sobre qual a concepção sobre as ações afirmativas no Brasil, tendo em vista que este é ainda um tema bem recente:

Segundo os professores:

Historicamente, as ações de inclusão do negro aos direitos básicos foram negados em nossa sociedade. Sou favorável as ações afirmativas e as vejo como necessidade histórica, social e política para com o negro no Brasil. (G. P. M. Professor do Departamento de Educação)

Acredito ser a forma mais adequada do aluno que historicamente foi excluído da possibilidade de escola que ingressa no curso superior. (R. C. C. Professora do Departamento de Educação/Geografia)

Não tenho Opinião formada sobre isso ainda. (E. C. L. Professor do Departamento de Geografia)

Concordo. Creio que não discrimina. (F. N. S. P. J. Professor do Departamento de Direito)

No tocante as questões analisadas, foi possível perceber as diferentes concepções de professores e alunos relacionada a esta política de cotas. O que pode-se inferir é que as ações afirmativas são uma necessidade histórica, social e política para com o negro e com o excluído e marginalizado¹ no Brasil.

Portanto, algumas das questões tratadas sobre ações afirmativas tornam-se complementares para contextualização do debate brasileiro na atualidade. As questões contraditórias das ações afirmativas – no caso, as cotas universitárias – devem ser consideradas e enfrentadas enquanto experiência de valorosa contribuição para o debate sobre a implantação de medidas estatais brasileiras que regulem, nas adversidades, a apropriação do direito a meios fundamentais por grupos com histórico de exclusão. (Guarnieri, Melo-Silva, 2007).

¹A palavra marginalizada esta relacionada aqueles que vivem a margem da sociedade, que são excluídos e tratados por vezes até como desumanos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações afirmativas encontram-se no ápice do debate constitucional, sendo elas o meio utilizado para a efetivação da igualdade material, propondo assim a igualdade de oportunidades em favor daqueles considerados minorias sociais.

Nesta pesquisa foram realizadas aplicações de questionários com 20 (vinte) estudantes dos cursos de: História, Letras, Geografia, Pedagogia e Direito e com 9 (nove) professores/as dos cursos de História, Letras, Geografia, Pedagogia e Direito da UEPB/Campus III – Guarabira.

Analisamos os dados coletados a partir da aplicação de questionários objetivos e concluímos com as aplicações de questionários realizadas, a eficácia do sistema de cotas na UEPB como política pública e como ação afirmativa.

No tocante aos posicionamentos a favor e contra a política de cotas para nas universidades públicas, é possível afirmar que aqueles que se posicionam contra fazem parte de uma elite branca preconceituosa que é completamente indiferente às mazelas de nosso passado escravocrata, defendem a ideologia da “democracia racial” brasileira.

Portanto, conclui-se que discussões envolvendo etnicidades, pertença social e responsabilidades por mudanças, longe de se tratarem de assuntos superados, tornam-se essenciais para formação de uma sociedade mais tolerante e democrática na medida em que for possível o convívio com as diferenças, sem que para isso seja necessária a padronização da grande capacidade subjetiva do ser humano: conciliar-se com a heterogeneidade do coletivo, sem abrir mão de sua individualidade. (Guarnieri, Melo-Silva, 2007).

REFERÊNCIAS:

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as Ações Afirmativas. Rio de Janeiro, Editora Renovar, 2001

GUARNIERI, Fernanda Vieira, MELO-SILVA Lucy Leal. Ações afirmativas na Educação Superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. Universidade de São Paulo, São Paulo. *Psicologia & Sociedade*;19 (2): 70-78, 2007

Htun, M. (2004). From “Racial Democracy” to “Affirmative Actions”: Changing state policy on race in Brazil. *Latin American Research Review*, 39(1), 60-89.

MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele (org.)Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. SP: Edusp, 1996.

MOEHLECKE, S. Fronteira da igualdade no ensino superior: excelência e justiça social. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, (2004a). (Tese de Doutorado).

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa no ensino superior: Entre a excelência e a justiça social. *Educação & Sociedade*. Rio de Janeiro, 2004b.Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302004000300006&script=sci_arttext&tlng=pt>Acesso em 10 de janeiro de 2015.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil os Estados Unidos e o Brasil. *Porto Alegre/RS*, ano XXX, n. 1 (61), p. 29-51, jan./abr. 2007

APÊNDICES



CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

Questionário Professores

Nome: _____

Sexo: _____

Idade: _____

Endereço: _____

1. Qual sua formação:

2. Há quanto tempo exatamente você trabalha na UEPB?

() menos de 1 ano

() Entre 1 a 2 anos

() Entre 2 a 4 anos

() Entre 4 a 6 anos

() 6 anos ou mais

3. Você consegue ter a percepção de alguma diferença com relação ao aprendizado dos alunos cotistas ou não?

5. Qual sua concepção sobre as ações afirmativas no Brasil, levando em consideração que este é ainda um tema bem recente?



CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

Questionário alunos

Nome: _____

Sexo: _____

Idade: _____

Endereço: _____

1. Onde você cursou o ensino fundamental?

() Rede pública de Ensino () Rede privada

2. Onde você cursou o ensino médio?

() Rede pública de Ensino () Rede privada

3. Quantos vestibulares você prestou para conseguir entrar num curso universitário?

() Um

() Dois

() Três

() Quatro ou mais

4. Você sentiu algum preconceito ou alguma rejeição por parte de alguém da comunidade acadêmica por ser cotista? Como aconteceu?

5. Qual sua concepção sobre a política de cotas no Brasil?
